

11 de dezembro

GREVE geral Médicos



Ordem de trabalhos



Greve Geral de 11 de dezembro



Acordos Coletivos de Trabalho



Dúvidas jurídicas

🔥 Greve Geral de 11 de dezembro



Reforma Laboral: Diz simplesmente NÃO à Perda de Direitos...!

A Reforma Laboral corresponde a um conjunto de alterações significativas ao Código do Trabalho que o Governo pretende introduzir. Este pacote **reforça os poderes patronais** numa relação já de si desigual, tornando o **trabalho médico mais precário, piorando horários, reduzindo direitos parentais e facilitando despedimentos.**

A Quem se Aplica Esta Reforma?

Todos os Médicos Afetados

A reforma aplica-se tanto a médicos com **Contratos Individuais de Trabalho** como a médicos com **vínculo de emprego público**.

A Lei do Trabalho em Funções Públicas remete para o **Código do Trabalho** em algumas normas, o que significa que as alterações também se aplicarão aos médicos com **Contrato de Trabalho em Funções Públicas**.



“Flexibilização” dos Contratos = Precariedade

Contratos Precários

Aumenta prazos de contratos a termo de 2 para 3 anos e de 4 para 5 anos, mantendo **vínculos precários** durante mais tempo.

Despedimentos Facilitados

O empregador pode opor-se à reintegração do médico ilicitamente despedido, "comprando" a saída com indemnização.

Menos Fiscalização

Extingue a intervenção da ACT e do Ministério Público em casos de despedimento flagrante.

Alarga ainda a **subcontratação**, permitindo substituir **postos efetivos por empresas externas** com menos direitos e salários mais baixos.



Horários Desregulados e Banco de Horas



Banco de Horas Individual

Reintroduz o banco de horas individual, regressando ao período da *troika*.



50 Horas Semanais

Aumento do período normal de trabalho em mais 2 horas por dia, podendo atingir as 50 horas semanais.



Alargamento Unilateral

A entidade empregadora pode alargar o horário de forma unilateral, camuflado como "necessidades de funcionamento".

Subsídios em Duodécimos: Falsa Sensação de Aumento

A reforma cria uma **falsa sensação de aumento salarial** com o pagamento dos subsídios de férias e de Natal em **duodécimos**, quando na realidade apenas reparte o valor ao longo do ano. Esta fragmentação deixa os médicos **mais expostos à perda de poder de compra**, mantendo os salários baixos.

Não é um pacote laboral para "**proteger vulneráveis**", é uma receita para salários baixos e vidas instáveis.



Ataque Brutal aos Direitos Parentais

Amamentação Limitada

Limita a dispensa para amamentação a 2 anos e **obriga** à apresentação de atestado médico de 6 em 6 meses, quando hoje o direito existe "enquanto durar a amamentação".

Luto Gestacional Eliminado

Elimina o direito a 3 dias consecutivos de faltas remuneradas por luto gestacional, empurrando os médicos para faltas sem retribuição.

Conciliação Familiar Destruída

Restringe o horário flexível e permite obrigar trabalhadores com **filhos menores de 12 anos a trabalhar à noite, fins de semana e feriados**, destruindo a conciliação entre trabalho e vida familiar.



Enfraquecimento da Contratação Coletiva

Denúncia de Convenções

Promove a denúncia e a caducidade das convenções coletivas, enfraquecendo os ACT/ACCEM dos médicos.

1

2

Pressão sobre Sindicatos

Pressiona os sindicatos a negociar convenções com condições menos favoráveis, para evitar que os médicos fiquem apenas protegidos pelo Código do Trabalho.

Liberdade Sindical Restrita

Restringe a liberdade sindical e o direito de reunião, limitando reuniões nos locais de trabalho e afixação de informação sindical.

3

Sem sindicatos e sem Acordos Coletivos, cada médico fica mais exposto e desprotegido.

Direito à Greve Esvaziado



Serviços Mínimos = Serviços Máximos

A reforma procura restringir o direito à greve ao ampliar a definição de serviços mínimos, que na prática passam a funcionar como serviços máximos obrigatórios, esvaziando a greve e o seu verdadeiro impacto.

- ❑ **Um direito à greve apenas formal é um direito vazio.**
Diz simplesmente NÃO ao esvaziamento da greve.

O Que a FNAM Reivindica



35 Horas Semanais

Para todos os médicos, garantindo horários dignos que permitam equilibrar o trabalho com a vida pessoal e familiar.



Fim da Precariedade

Fim de condições de trabalho precárias e valorização da contratação coletiva.



SNS Forte

A defesa do Serviço Nacional de Saúde e cuidados de saúde de qualidade.



Aumento Salarial Real

Um aumento efetivo dos salários base, sem manobras com duodécimos.



Internos na Carreira

Reintegração dos médicos internos na carreira médica.



Progressão garantida

Manutenção da avaliação para a progressão vertical, com garantia da progressão horizontal, automática, através do regime de diuturnidades que garanta a progressão nas posições remuneratórias a cada 3 anos.



Direitos Parentais

Proteção real dos direitos parentais e cumprimento dos descansos devidos.



Perguntas Frequentes sobre a Greve



Quem pode fazer greve?

Todos os médicos podem aderir livremente à greve, independentemente do vínculo contratual ou de serem sindicalizados.



Há consequências?

A adesão à greve não acarreta prejuízo. A única penalização possível é a perda de retribuição base e subsídio de refeição.



E os internos?

Sim, os médicos internos podem fazer greve. O tempo de greve é considerado como tempo efetivo de serviço.

Os serviços mínimos estão definidos no Aviso n.º 17271/2010 e incluem apenas: os mesmos que, em cada estabelecimento de saúde, se achem disponibilizados durante **24 horas aos domingos e feriados; quimioterapia, diálise, urgência interna, cuidados paliativos em internamento, entre outros cuidados essenciais.**

[Consulta as FAQs da FNAM](#)

Acordos Coletivos de Trabalho

Defendem os direitos dos médicos e a dignidade da profissão médica





Negociação dos Acordos Coletivos

A FNAM tem exigido, de forma contínua, o regresso à mesa negocial. Mas o Ministério da Saúde e as Entidades Públicas Empresariais da Saúde (EPE) adiaram sucessivamente reuniões, desrespeitando os médicos e mostrando falta de vontade política para resolver os problemas do SNS.

1

2024/2025 Adiamentos Sucessivos

Ministério da Saúde e EPE desrespeitaram compromissos

2

Julho / Setembro 2025

Graças à persistência da FNAM, iniciaram-se negociações diretas com as EPE e Ministério

3

Dezembro 2025

Reuniões da DGERT com as EPE; na DGEAP com o Ministério da Saúde

Desinformação e Ataques aos Direitos

Há instituições que estão a tentar minar os direitos dos médicos através de táticas questionáveis:



Informação Incorreta

Difundem dados falsos sobre os Acordos Coletivos de trabalho dos médicos



Deturpação da Lei

Criam dúvidas injustificadas e geram insegurança



Condicionamento

Tentam condicionar a liberdade sindical através da desinformação



Desrespeito

Violam o direito de escolha individual de cada médico

A Verdade Sobre a Filiação Sindical



Direito Constitucional

A **liberdade sindical** é um direito constitucional de cada trabalhador, protegido pela lei fundamental do país.

Escolha Individual

A filiação é uma **escolha individual e livre** de cada médico, sem pressões ou condicionamentos externos.



Direitos Garantidos por Tipo de Contrato

Médicos filiados nos sindicatos da FNAM

Estão totalmente protegidos pelos Acordos Coletivos de trabalho da FNAM:

- Com CTFP: ao abrigo do ACEM da FNAM
- Com CIT: ao abrigo do ACT da FNAM

Médicos com CTFP Não Sindicalizados

Estão automaticamente abrangidos pelo Acordo Coletivo da Carreira Especial Médica (ACCEM) da FNAM.

Médicos com CIT Não Sindicalizados

Têm direito a escolher o ACT que pretendem ver aplicado **nos 3 meses após o início do contrato**. Na ausência de escolha, passarão a ser abrangidos pelo Código do Trabalho.

A FNAM não assinou ACT com retrocessos laborais, que:

- Eliminam o limite anual de 150 horas de trabalho suplementar
- Anulem os descansos compensatórios após trabalho noturno ou em dia de descanso semanal
- Permitam o exercício de funções fora do estabelecimento ou noutra concelho a mais de 30 km
- Imponham banco de horas ou trabalho por turnos
- Não garantam 2 dias consecutivos de descanso semanal, Sábado e Domingo

- *Imponham escalas no Serviço de Urgência em 47 semanas do ano*
- *Determinem que médicos de família façam trabalho em centros de atendimento clínico*
- *Alterem os limites de idade para trabalho noturno (50 anos) ou urgência (55 anos)*
- *Não reponham retroativamente a progressão retributiva dos CIT pré-2013*
- *Introduzam arbitrariedade no horário das médicas grávidas*



A FNAM reafirma: não aceitará a destruição dos direitos laborais, nem a desvalorização da profissão médica.

Diz
Simplemente
NÃO
à Perda de
Direitos...!



Faz GREVE dia 11 de dezembro!

Faz ouvir a tua voz!

Somente o trabalho digno tem futuro. Por isso, é crucial resistir à perda destes direitos conquistados.

[Consulta as FAQs da FNAM](#)

11 de dezembro

GREVE geral Médicos

